

“Do ponto de vista dos nossos Annales”: a Revista dos Annales e a produção da história econômica e social (1929-1944)

“From the Annales’ point of view”: the Revue des Annales and the making of social and economic history

Mariana Ladeira Osés ^a

E-mail: mariana.l.oses@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0322-1226> 

^a Universidade de São Paulo,
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Neste artigo, propõe-se investigar a inserção da revista dos *Annales*, em suas décadas iniciais, na área nascente da história econômica e social, sublinhando-se as especificidades da intervenção do periódico nesse domínio disciplinar em vias de consolidação. Argumenta-se que, apesar de as ideias que veiculam não serem, em 1929, inéditas, Marc Bloch e Lucien Febvre logram, nas páginas da revista, produzir um modo de enunciação distinto de sua especialidade disciplinar, que se demonstraria mais eficaz do que os projetos concorrentes propostos por nomes destacados como Henri Sée e Henri Hauser. Para isso, procede-se tanto à exposição dessas propostas concorrentes quanto à análise verticalizada dos usos feitos, na seção crítica dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, do rótulo "histórica econômica e social". Busca-se, assim, investigar as especificidades desses usos, articulando-as às condições objetivas de sua formulação e avaliando seus efeitos na disputa dessa especialidade por protagonismo no seio da disciplina histórica.

PALAVRAS-CHAVE

Annales. Historiografia francesa. História Intelectual.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the role played by the *Revue des Annales* in the budding field of studies which would come to be known as Social and Economic History. The ideas proposed by Marc Bloch and Lucien Febvre in 1929 lacked novelty; yet, we argue that both historians were able to formulate a distinct way of enunciating their area of expertise, which would prove to be particularly efficient when compared to other strategies of enunciation, such as those proposed by Henri Sée and Henri Hauser. To prove such hypothesis, we examine these alternative propositions, comparing them to the ways in which the *Annales* employ the label "social and economic history". With that, we aim to understand the enunciating strategies used by the *annalistes* while considering the objective conditions of their formulation, besides evaluating the role of these discursive strategies in the struggle of Social and Economic History for achieving disciplinary prominence.

KEYWORDS

Annales. French Historiography. Intellectual History.

Entre os muitos feitos notáveis protagonizados pela revista dos *Annales*¹ ao longo do século XX, o gerenciamento da longevidade simbólica da publicação é, possivelmente, o mais impressionante. Dentro de pouco menos de uma década, cem anos nos separarão do primeiro número dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, (AHES), publicado em 15 de janeiro de 1929 – um século ao longo do qual a paisagem da historiografia alterou-se drasticamente, conservando, no entanto, os *Annales* como o acidente geográfico em função do qual diversas historiografias nacionais tendem a se organizar, sobretudo aquelas que tiveram suas dinâmicas internas profundamente afetadas pela presença francesa.² Seja para celebrá-lo ou criticá-lo, posicionar-se em relação ao “legado” *annaliste* tornou-se, nesses espaços, uma exigência tácita àqueles que almejem posições dominantes entre os historiadores, o que explica parcialmente o volume de tinta dedicado por determinados setores da historiografia ao projeto intelectual formulado por Marc Bloch e Lucien Febvre.

A despeito do amplo leque de análises produzidas a respeito dos *Annales*, a resposta a algumas das questões fundamentais que cercam esse objeto ainda eludem a historiografia. Encontrar, por exemplo, uma teoria da História proposta por Bloch e Febvre ou sistematizar os princípios metodológicos por eles defendidos tornou-se uma busca de feições arturianas entre os historiadores profissionais. Revelar o núcleo intelectual do projeto *annaliste* em sua gênese significaria, afinal, quebrar o código de seu êxito, pondo a nu a essência do legado de Bloch e Febvre. Como consequência disso, não é surpreendente que a questão do projeto intelectual dos *Annales* tenha sido formulada tantas vezes, e de formas tão distintas, pela historiografia – digna de nota é a heterogeneidade e, não raro, a disparidade das respostas encontradas.

A narrativa mais tradicional a respeito da assinatura teórico-metodológica dos primeiros *Annales* é aquela que a caracteriza em oposição à “velha historiografia” oitocentista (não raro denominada “positivista”, “metódica”, “historizante”). Artífice de uma profunda renovação metodológica e epistemológica, a “revolução historiográfica” *annaliste* seria, segundo essa interpretação, caracterizada pelo advento de uma história interpretativa (oposta à velha “história narrativa”), atenta a todas as dimensões da experiência humana, não apenas aos fatos políticos, e interessada nas realidades contemporâneas, bem como na interação entre o presente e o passado. Trata-se, guardadas as especificidades de cada analista, da interpretação que avançam autores

¹ Todas as traduções de fontes primárias utilizadas ao longo deste artigo são de nossa autoria.

² Para historiografias nacionais às quais esse processo não se aplica, as relações com os *Annales*, ainda que existentes, são de outra natureza. A respeito do caso inglês, por exemplo, ver as análises desenvolvidas por Peter Burke e Eric Hobsbawm (1978).

como Burke (1997), Bourd  (1983) e Carbonell (1987), para os quais o ano de 1929 figura como ruptura instauradora de um modo essencialmente novo de produzir o discurso histórico.

Apesar de profundamente arraigada na historiografia, e de se fazer ver, envolta em diversas roupagens, em uma miríade de discursos relativos aos *Annales*, essa interpretação não   unânime. José Carlos Reis (2000), por exemplo, argumenta que a verdadeira renovação teórico-metodológica *annaliste* residiria em uma nova concepção de tempo histórico, enquanto André Burgui re (1979) defende que o único elemento realmente distintivo do empreendimento intelectual de Bloch e Febvre seria a virulência combativa de suas tomadas de posição intelectuais. Um dos defensores mais emblemáticos da existência de uma formulação teórica em Bloch e Febvre  , possivelmente, Massimo Mastrogregori (2011b). Na perspectiva desse analista, os primeiros *Annales* formulam uma proposta teórica própria e distintiva, não necessariamente monolítica, mas múltipla e multifacetada, que emerge da própria prática de pesquisa dos fundadores da revista. Entre os esteios dessa teoria histórica *blochiana* e *febvriana*, o autor destaca, por exemplo, o problema da relação da História com suas ciências auxiliares, a natureza da relação entre o presente e o passado, e, conseqüentemente, a pertinência dos temas do presente para o historiador. Além disso, confere espaço central ao conceito de *esprit critique*, espírito crítico, que o próprio Mastrogregori define como "inapreensível teoricamente, mas decisivo para a pesquisa concreta" (MASTROGREGORI, 2011a, p. 436).

Seria impossível argumentar que qualquer uma dessas interpretações a respeito da teoria da História dos primeiros *Annales* está, em essência, equivocada. A análise da produção intelectual de Bloch e Febvre, dentro e fora da revista, oferece, de fato, subsídios empíricos suficientemente sólidos para sustentar qualquer uma das definições do "programa intelectual *annaliste*" avançadas pela historiografia. Se tantas definições são possíveis para um mesmo programa intelectual, no entanto, argumentamos que isso se deve à maleabilidade estratégica com a qual os diretores da revista sempre enunciaram esse programa. O fato de que uma formulação teórico-metodológica dura, de ordem programática, nunca foi elaborada por Bloch e Febvre é amplamente conhecido pela historiografia especializada – ambos sempre insistiram, de fato, na ideia de que seu projeto não era norteado por qualquer teoria da História no sentido filosófico do termo, mas por uma disposição ao trabalho histórico de ordem prática. "  contra esses cismas lamentáveis que acreditamos nos levantar," diziam os diretores no editorial que abre o primeiro número do per dico. "Não a golpes de artigos de método ou de dissertações teóricas. Pelo exemplo e pelo fato." (BLOCH; FEBVRE, 1929, p. 2).

Mastrogregori argumenta que tomar declarações dessa natureza como inerentemente verdadeiras significa acreditar acriticamente na narrativa dos diretores dos *Annales*, cegando-se para outras possibilidades analíticas. Isso é verdade. Também é verdade, no entanto, que ignorar as declarações de intenção de Bloch e Febvre, optando-se por escavá-las em busca de verdades ocultas em sua sombra, implica ignorar os sentidos que esse posicionamento intelectual assume dentro das condições objetivas de produção do conhecimento histórico na França da Terceira República. Se os diretores dos AHES *optam* por enunciar seu projeto intelectual sem recorrer a formulações programáticas duras, o sentido estratégico³ dessa opção só se deixa apreender no seio de uma determinada dinâmica de produção intelectual, e é esse sentido que este artigo se propõe a reconstruir.

Objetiva-se aqui, portanto, interpelar o projeto intelectual dos primeiros *Annales* conservando-se aquilo que ele tem de arredo a definições sistemáticas. Ao invés de tentar depurá-lo de suas indefinições, buscando nele padrões ocultos nas entrelinhas, este artigo propõe-se a compreender o caráter não sistematizado desse projeto (característica que, em última análise, torna necessários os esforços historiográficos de escavação na busca por um “programa”). Isso não significa negar a existência de princípios teóricos ou metodológicos nas formulações intelectuais de Bloch e Febvre, uma vez que eles certamente existem, mas lançar luz sobre um *modo de enunciação* particular de um programa intelectual, reconstituindo seus sentidos históricos e analisando seu papel nos destinos dos *Annales* dentro da disciplina histórica.

A história econômica e social antes dos Annales: o debate Sée-Hauser

O argumento de que há um caráter estratégico no modo como Bloch e Febvre enunciam seu programa intelectual só pode assumir algum grau de solidez com o apoio de um lastro comparativo. Por isso, esta seção inicial será dedicada à análise de outros *modos de enunciação* e *estratégias de conquista de espaço* levados a cabo por agentes contemporâneos aos fundadores dos *Annales* e portadores de projetos intelectuais semelhantes – Henri Sée e Henri Hauser. Eleger esses dois historiadores como parâmetro comparativo não é uma decisão fortuita. Justificá-la, no entanto, passa pela compreensão do circuito intelectual compartilhado por todos esses agentes,

³ O termo estratégia é usado, neste artigo, em sua acepção bourdieusiana, fazendo referência a um senso prático incorporado pelos agentes ao longo de processos de socialização e às tomadas de posição por ele orientadas.

dentro do qual eles atuam e no seio do qual buscam sua consagração: a especialidade da história econômica e social.

O movimento de institucionalização da disciplina histórica está longe de ser, em sua versão francesa, desconhecido aos historiadores de ofício⁴: a França passa, nas últimas décadas do século XIX, por um processo de profissionalização do *métier* de historiador, promovida nos quadros da Terceira República e intimamente associada à institucionalização da disciplina histórica nas universidades reformadas. Ao curso desse processo, emerge vitoriosa uma nova concepção do trabalho de pesquisa, vetorizada pela Universidade e ancorada na uniformização das práticas disciplinares por meio de uma metodologia própria (posteriormente rotulada como "positivista", "metódica" ou "historizante").

Entre a profissionalização da História e a crise vivida pela disciplina após a Primeira Guerra Mundial⁵, no entanto, outro processo crucial merece destaque: o da especialização disciplinar. No final do século XIX, assiste-se a um processo de divisão social do trabalho de pesquisa no seio da historiografia profissionalizada, movimento refletido, por exemplo, na proliferação de periódicos e postos universitários especializados.⁶ Na concorrência pela distinção profissional, os historiadores passam a reivindicar a posição de especialistas em temas cada vez mais claramente delimitados, proliferando-se os estudiosos de períodos ou temas específicos (os medievalistas e *antiquisants*; os especialistas em histórias regionais da França ou na Revolução Francesa, por exemplo).

No rol de especialidades nascidas e exploradas no período, uma se tornaria, décadas mais tarde, excepcionalmente bem-sucedida: a história econômica e social. Trata-se, é verdade, de uma subárea disciplinar que lança raízes longínquas na história da historiografia francesa e fora dela: como lembra o próprio Peter Burke (1997), a atenção a objetos que extrapolam a esfera do político já se fazia ver, antes de 1929, em autores tão importantes quanto Jules Michelet, Jacob Burckhardt, Gustav Schmoller, William Cunningham, Paul Mantoux, John Richard Green, Karl Lamprecht e James Harvey Robinson (BURKE, 1997, p. 17-22). O autor argumenta, no entanto, que a profissionalização da História na França sob a égide do método crítico teria arrefecido essa tendência historiográfica, voltando os olhos dos historiadores universitários à esfera

⁴ A respeito desse processo, ver Antoine Prost (1968), Christophe Charle (1990, 1994, 1998), Fritz Ringer (1992), Gérard Noiriel (1996), Olivier Dumoulin (1983).

⁵ A respeito tanto do processo de profissionalização quanto de sua crise, ver Dumoulin (1983).

⁶ A respeito da difusão de periódicos específicos e de sua relação com os processos de constituição disciplinar e especialização, ver Benthien (2011).

dos acontecimentos políticos. Nessa perspectiva, a historiografia que emerge a partir de 1929 constituiria um resgate desses temas marginalizados pelos ditos “metódicos”.

O que se observa na prática, no entanto, não é um arrefecimento, mas um crescente engajamento dos historiadores franceses com os temas econômicos e sociais já nos últimos anos do século XIX. Esse movimento é parcialmente impulsionado pela constituição da economia como esfera de valor organizativa da vida humana ao longo desse século, mas também ganha fôlego diante da ameaça à posição institucional dos historiadores imposta pela emergência das Ciências Sociais. Naquilo que Laurent Mucchielli (1995) denomina “desafio sociológico”, parte dos cientistas sociais defende a legitimidade de sua especialidade nascente opondo os potenciais ganhos da análise sociológica aos supostos limites da análise histórica.⁷ Entre esses limites, o principal seria a falta de atenção dispensada pelos historiadores às questões da economia e das massas, temas que se tornam, ao longo do século XIX, centrais para as ciências do homem. Sendo esses os termos do ataque, a história econômica e social torna-se, paulatinamente, o nicho preferencial dos historiadores que, na esteira da supracitada tradição historiográfica francesa, buscam reiterar o direito de existência da História, demonstrando, em resposta às críticas dos cientistas sociais, a capacidade da disciplina em lidar com temas externos à esfera política. Na França, dois nomes se destacam, já na virada do século, entre esses historiadores: Henri Hauser e Henri Sée.

Nascido em 1866, Hauser, normaliano⁸ de formação, iniciaria sua carreira universitária na província (inicialmente em Clermont-Ferrand, depois em Dijon), conquistando, posteriormente, um posto em Paris e ocupando a posição de professor da Sorbonne a partir de 1919.⁹ Ali, o historiador seria titular, até sua morte, da única cadeira da capital dedicada nominalmente à história econômica. Henri Sée foi, por sua vez, interlocutor direto de Hauser e, como o colega, adepto declarado da história econômica e social.¹⁰ Formado na Faculdade de Letras de Paris, o autor se tornaria professor de História Moderna e Contemporânea na Faculdade de Rennes em 1893, aos 29 anos. Ali, lecionaria até sua morte, em 1936, especializando-se nos aspectos econômicos e sociais da história regional da Bretanha.

⁷ Um dos episódios mais emblemáticos dessa disputa é a querela pública que opõe, a partir de 1903, o economista durkheimiano François Simiand e o historiador Charles Seignobos.

⁸ O termo faz referência aos egressos da *École Normale Supérieure*, indivíduos que, em função das dinâmicas históricas do sistema de ensino francês, monopolizam uma série de posições de poder, entre elas os postos mais prestigiosos do ensino secundário.

⁹ Informações biográficas extraídas de Lima (2017).

¹⁰ Informações biográficas extraídas de Rébillon (1936).

Sée e Hauser são, com efeito, representantes destacados de uma especialidade disciplinar que, ainda que não hegemônica, tomava corpo e forma com velocidade entre o final do século XIX e o início do XX. A institucionalização da área seria lenta e progressiva, e, como se sugerirá ao longo deste artigo, a vertente econômico-social encontrava-se, em 1929, longe do protagonismo disciplinar que assumiria nas décadas seguintes. Nesse contexto, a seleção dos dois agentes como parâmetro de comparação para as estratégias *annalistes* deve-se não apenas a seu protagonismo na área, mas também, e sobretudo, ao fato de ambos travarem, na décadas de 1920 e 1930, um debate público a respeito dos limites e destinos da história econômica e social. Apesar de não serem os únicos praticantes dessa especialidade na França dos anos 1930, Sée e Hauser constroem, por meio desse debate, um ponto de observação privilegiado para as questões propostas neste artigo, encapsulando, em seus argumentos, aspectos chave de um processo mais amplo de disputa disciplinar.

Além disso, comparar os dois historiadores a Bloch e Febvre é particularmente frutífero em função das relações estreitas mantidas entre os quatro. Henri Hauser, por exemplo, foi membro de primeira hora do comitê de redação dos *Annales*, colaborador ativo da revista, interlocutor constante de seus diretores e, como já mencionado, dono da única cadeira parisiense de história econômica, posto que o próprio Marc Bloch herdaria em 1936.¹¹ Henri Sée, por sua vez, também era próximo ao núcleo dos *Annales*, colaborador constante da revista e objeto de inúmeras resenhas dentro da publicação, escritas, em sua maioria absoluta, pelos próprios diretores (gesto de deferência reservado a figuras estratégicas para o projeto). Trata-se, portanto, não apenas de dois protagonistas da área de história econômica e social que, ao entrarem em conflito direto, explicitam linhas de tensão profundas dessa especialidade, mas também de interlocutores ativos de Bloch e Febvre, cujas reflexões encontram vias diretas de diálogo com os fundadores dos *Annales*.

Passemos, então, aos termos do debate que opõe esses dois historiadores, e que tem como um de seus principais temas a questão da institucionalização da história econômica e social. Em texto de 1929, intitulado *Remarques sur la méthode en Histoire Économique et Sociale* (SÉE, 1929, p. 90-98), Henri Sée denuncia a quase ausência de postos universitários nominalmente dedicados à área na França – apenas um na província e um em Paris. Um ponto central do argumento de Sée é a noção de que o número incipiente de cadeiras especializadas representaria um atraso e uma vergonha

¹¹ A estreiteza das relações estabelecidas entre Bloch, Febvre e Hauser condiciona, inclusive, o modo como os dois historiadores mais jovens criticam – ou deixam de criticar – o “mestre” nas páginas dos *Annales*. Sobre isso, ver Osés (2018, p. 125-131).

em relação a outros países nos quais essa especialidade encontrava-se em etapas mais avançadas de desenvolvimento, como era o caso da Alemanha. Sée insiste na ideia de que essa ausência seria uma deficiência grave do sistema francês, que comprometeria substancialmente o progresso da especialidade. Para ele, o amadurecimento desse domínio disciplinar passava, necessariamente, pela institucionalização, que permitiria uma unificação de sentido nos esforços coletivos realizados até então, por ele considerados excessivamente dispersos. Nesse ponto, o historiador marca de forma contundente sua divergência em relação a outro polo desse mesmo debate: aquele defendido por Henri Hauser.

Defendeu-se, além disso, por vezes – e em particular o sr. Henri Hauser – que essa ausência de especialização possuía mais vantagens do que inconvenientes: ela impede que os historiadores economistas se isolem muito estreitamente em seu domínio, e eles veem melhor a ligação que existe entre a história econômica e a história geral. Há algo de verdade nessa opinião. No entanto, um estágio de história geral não seria o suficiente para nossos especialistas? Quanto tempo perdido assimilando tantas questões de história diplomática cujo detalhe não tem nenhum interesse para nós! É proibido que os especialistas sejam inteligentes, que tenham noção do geral? Hoje, que é professor de história econômica na Sorbonne, o sr. Hauser faz um trabalho pior do que quando precisava discorrer sobre tudo e mais alguma coisa? (SÉE, 1929, p. 91).

A natureza da estratégia diferenciada defendida por Hauser fica explícita na resposta do autor à provocação de Sée, publicada em 1931 na própria *Revue Historique*, sob o título *Enseignement d'Histoire Économique en France* (HAUSER, 1931). O início do artigo é marcado por pontos de acordo entre seu autor e Sée, notadamente a respeito do atraso da França em relação a outros países em termos de institucionalização da história econômica. Para o autor, no entanto, o ponto mais determinante para explicar essa defasagem seria o que ele nomeia “psicologia intelectual da escola histórica francesa” (HAUSER, 1931, p. 321), expressão que denominaria uma aversão própria dos intelectuais franceses à especialização e à compartimentalização artificial da realidade. Diferentemente do “espírito alemão”, o “espírito francês” seria enciclopédico, arredo a abstrações que deturpam a realidade em prol da construção de áreas de especialização.

Em razão desse “espírito”, a França prescindiria, na análise de Hauser, de cadeiras especializadas, posto que todos os “bons historiadores franceses”, em seu “horror pelos compartimentos cuidadosamente etiquetados” (HAUSER, 1931, p. 325), fariam, em alguma medida, história econômica (mesmo que não fossem especialistas).

Nessa perspectiva, portanto, a não institucionalização seria essencialmente positiva, preservando a "veia generalista" dos historiadores franceses e afastando-os dos enclausuramentos mais bem ajustados, segundo a visão do autor, à outra margem do Reno.

Os pontos em comum entre as visões de Sée e Hauser sugerem, então, que a institucionalização da história econômica e social fosse, na França do início do século XX, um processo em desenvolvimento. Por outro lado, o debate entre esses dois historiadores também sugere que os praticantes da área tivessem visões muito distintas a respeito de como encarar esse problema, e que as estratégias a serem seguidas para a consolidação, afirmação e expansão dessa subárea disciplinar estivessem longe de constituir um consenso. De um lado, Sée defende a delimitação de uma especialização fechada, que dotasse a área de um sentido unívoco de progresso por meio da unificação teórico-metodológica. Para isso, a criação de cadeiras específicas seria um passo imperativo, e a legitimação dessa postura passa pela acusação do atraso francês em relação aos outros países, sobretudo a Alemanha. Hauser, por sua vez, reconhece o mesmo atraso, mas o ressignifica positivamente e o atribui, em chave nacionalista, ao "espírito" intelectual francês. Para ele, a institucionalização da história econômica como uma especialidade fechada seria indesejável justamente por ir de encontro a essa "disposição intelectual nacional". Além disso, seria um processo supérfluo, pois os franceses se encarregariam de avançar a especialidade sem precisar de qualquer etiquetagem definitiva.

Nem um dos autores deixa, no entanto, de reconhecer os limites de suas propostas, impostos pelas constrações típicas de uma especialidade disciplinar nascente. Na seção final de seu artigo, Henri Hauser admite que a ausência de cadeiras especializadas implica uma série de deficiências na formação dos historiadores econômicos, notadamente a falta de uma iniciação em métodos específicos, como a estatística. Além disso, reconhecem-se outros problemas de ordem pragmática: sem cadeiras especializadas, os praticantes da área são privados da dedicação exclusiva a ela, diluindo seus esforços em problemas de outras ordens e, dessa forma, desacelerando o progresso da especialidade. Por fim, Hauser menciona explicitamente a ausência de um nicho de mercado que tornasse a história econômica atrativa e que pudesse absorver os jovens doutores a ela dedicados.

No caso de Sée, a tentativa de estabelecer contornos fixos e bem delimitados à especialidade disciplinar também esbarra nos problemas característicos da jovem subárea, sobretudo no caráter ainda rarefeito e tateante das contribuições. Como parte de seu esforço de sistematização, por exemplo, o autor publica, entre os anos de 1926 e 1936, boletins anuais na *Revue Historique*, nos quais anuncia e critica os novos

trabalhos relacionados à temática econômico-social produzidos entre os anos de 1920 e 1933. Ali, Sée busca colocar em prática a categorização que propusera, no artigo de 1929, para o estudo da história econômica e social. Os textos são, invariavelmente, organizados em seis categorias fixas¹², mas, ao longo deles, é comum encontrarem-se admissões de que, naquele ano, nenhuma obra sobre aquela temática havia sido escrita sob a perspectiva econômica e social; que poucos trabalhos poderiam ser listados ou que as obras arroladas seriam de menor importância, de detalhe, não constituindo trabalhos decisivos para a especialidade. O primeiro boletim, datado de 1926, ilustra exemplarmente essa situação, estando permeado de afirmações como “há pouquíssimas bibliografias dedicadas à história econômica” (SÉE, 1926, p. 231), “nesses últimos anos, o regime agrário da Idade Média não foi objeto de muitos trabalhos” (SÉE, 1926, p. 237) ou “sobre a história das classes sociais, não temos muitos trabalhos a assinalar.” (SÉE, 1926, p. 256).

Tem-se, portanto, que a história econômica e social era, em 1929, uma área de especialização já existente e dotada de uma posição particular graças ao tipo de resposta que oferecia ao dito “desafio sociológico”. Tratava-se, no entanto, de um domínio ainda não plenamente institucionalizado, ou seja, ainda não dotado de respaldo institucional na forma de cadeiras especializadas, de um corpo de pesquisadores sistematicamente dedicado a ele, dos meios para a reprodução desse corpo de historiadores e de um influxo constante de trabalhos inscritos à especialidade. Além disso, tem-se que o domínio em formação apresentava, ainda, uma plasticidade de objetos e definições capaz de acomodar projetos e estratégias de afirmação plurais, que se colocam em plena concorrência pelo capitaneamento do movimento de institucionalização. É nesse espaço ainda rarefeito de disputas que os *Annales d’Histoire Économique et Sociale* inserem-se como novo ator em 1929.

A história econômica e social nos *Annales*: um rótulo em construção

Ainda que, já na virada do século, o domínio da história econômica e social atraísse carreiras consolidadas como as de Hauser e Sée, as potencialidades da área em ascensão interessavam, também, a nomes mais jovens, sobretudo aqueles tocados, durante seu período formativo, pelo debate entre historiadores e cientistas sociais. É o caso, por exemplo, de Lucien Febvre e Marc Bloch. Nascidos, respectivamente, em 1878

¹² A saber, *Instrumentos de trabalho: bibliografias e publicação de documentos, História Econômica Geral, Regime Agrário, Comércio e Indústria, Crédito Privado, Crédito Público: Capitalismo* e, por fim, *Classes Sociais: Movimento Social*.

e 1886, os dois historiadores fariam parte da primeira geração formada sob o método histórico institucionalizado nas universidades francesas no último terço do século XIX. Longe da "marginalidade criativa" à qual parte da historiografia gostaria de confiná-los, ambos cumprem, de forma exemplar, o que Gérard Noiriel (1996) chama de "via régia" da consagração intelectual na França: a passagem por grandes liceus parisienses (Louis-Le-Grand, no caso de ambos), a formação na *École Normale Supérieure*, o êxito no concurso de agregação, a ocupação de cargos de magistério no ensino secundário seguida pela conquista de postos universitários. Até a década de 1920, a carreira dos dois fundadores dos *Annales* seguia, rigorosamente, o modelo condigno dos "herdeiros" da geração dita "metódica".

É já como professores do ensino superior que os dois historiadores estabelecem seu primeiro contato profissional, em 1919, na Universidade de Estrasburgo. O próprio prestígio da posição em que se encontram quando se conhecem é um indicativo seguro da conformação de Bloch e Febvre ao modelo de virtuosismo intelectual que incide sobre os historiadores da Terceira República: vitrine do triunfo francês sobre a ocupação alemã, Estrasburgo concentra, após o fim da Primeira Guerra, uma massa vultosa de recursos materiais e humanos, sendo povoada pelos intelectuais que já se sagravam, à época, como expoentes de suas respectivas áreas. Seguindo a inércia de suas carreiras exemplares, o próximo passo seria, para os dois historiadores, a conquista de postos em Paris, topo da hierarquia simbólica do sistema de ensino francês, destino condigno dos "herdeiros" mais promissores. A crise dos postos universitários que Olivier Dumoulin (1983) identifica a partir dos anos 1920, no entanto, retardaria esse movimento natural: dez anos após suas nomeações a Estrasburgo, tanto Bloch quanto Febvre ainda se encontrariam na província, com os olhos cada vez mais inquietamente voltados a Paris.

É em contexto de relativa estagnação profissional, portanto, que ambos concebem a revista dos *Annales*, publicada pela primeira vez em 15 de janeiro de 1929. Não se sugere, com isso, que o periódico tenha surgido como alternativa ao prestígio intelectual conferido por postos universitários parisienses. Pelo contrário, a objetivação de projetos intelectuais por meio da fundação de revistas especializadas é uma constante no sistema universitário francês; espécie de exigência tácita àqueles que galgassem algum tipo de protagonismo disciplinar (BENTHIEN, 2011). O fato digno de nota, aqui, é que, sentindo-se confinados na província, Bloch e Febvre fundem um espaço no qual podem articular em seus próprios termos a jovem e tateante área de especialidade na qual haviam, até ali, investido suas carreiras: a história econômica e social. Cabe, agora, documentar quais termos são esses, bem como retratar os sentidos dessa estratégia de êxito nas dinâmicas de produção intelectual até aqui descritas.

Como já assinalado previamente, os fundadores dos *Annales* não assinam manifestos de qualquer ordem, e tampouco artigos de teor normativo como aqueles de Hauser e Sée, analisados no item anterior. Nesse sentido, a revista atua como um espaço de formulações metodológicas não sistematizadas, pulverizadas, dentro do qual a defesa dos diálogos interdisciplinares ou da dita “história-problema”, por exemplo, pode ser facilmente encontrada. Frente a isso, é tentador perseguir essas formulações dispersas, tentando coletá-las e reagrupá-las em um esforço quase arqueológico de reconstituição de um programa teórico-metodológico oculto. Essa estratégia carrega, no entanto, um risco iminente: o de, frente a um emaranhado eclético e complexo de propostas e ideias, pinçarem-se traços de época que o historiador contemporâneo aprendeu a reconhecer como distintivos dos *Annales*, confeccionando-se, a partir deles, um programa intelectual à imagem e semelhança daquele que se esperava encontrar. Orientado por essa disposição investigativa, o analista também tenderá a projetar sobre certos termos os sentidos para eles construídos na segunda metade do século XX, que não estavam, necessariamente, cristalizados nas décadas de 1920 a 1940. Aqui, interessa-nos, sobretudo, a expressão “história econômica e social”.

Trata-se, de fato, de uma imagem acústica familiar ao historiador contemporâneo, que deve imediatamente associá-la ao império disciplinar construído, a partir da década de 1950, pelos *annalistes* na França. Como já apontado, no entanto, os sentidos atribuídos a essa etiqueta no início desse século não estão sedimentados: se os *Annales* viriam a ser reconhecidos, posteriormente, como o espaço por excelência de gerenciamento e definição da área, essa disputa ainda estava, nos anos 1920, em curso, e seus rumos ainda estavam por ser definidos. Dito de outra forma, os *Annales* são uma revista de história econômica e social fundada em um momento no qual os sentidos atribuídos a esse rótulo disciplinar não eram autoevidentes, encontrando-se, ainda, em processo coletivo de construção. O primeiro esforço de análise aqui empreendido, portanto, será o de perseguir as ocorrências dessa expressão no periódico, bem como os expedientes textuais que acompanham seus usos, com vistas a documentar os sentidos particulares que Bloch e Febvre atribuíam a ela, ou, como se dirá aqui, seus *modos de enunciação* dessa especialidade disciplinar.

Observando-se a dita “primeira fase” da revista a partir dessa lente, o primeiro elemento que se destaca é a frequência notável com que Bloch e Febvre fazem uso da etiqueta disciplinar que nos interessa. Analisar um livro do “ponto de vista econômico e social” (BLOCH, 1929a, p. 255), anunciar como uma obra pode interessar “uma revista de história econômica e social” (FEBVRE, 1931b, p. 147), apontar a importância do bom estabelecimento de quadros de pesquisa “em história econômica e social”

(FEBVRE, 1943, p. 93): o emprego desse rótulo pode ser encontrado à exaustão, sendo suas formas de uso tão numerosas quanto as ocorrências. Seja no conteúdo dos textos ou no título de rubricas ou de resenhas, o rótulo que carrega o título da revista é, de longe, o elemento textual que mais se repete ao longo da documentação.

A constatação aparenta, à primeira vista, ser uma platitude: em uma publicação intitulada *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, é esperado que os termos se repitam com frequência, espontaneamente, por força da própria temática dos livros resenhados. A questão se torna menos óbvia, no entanto, quando se constata que mais da metade¹³ dos usos dessa etiqueta disciplinar operam no sentido de apontar a *ausência* da temática central do periódico nos livros resenhados. Logo no segundo número da revista, por exemplo, Marc Bloch critica uma obra de Rudolf Kotschke nos seguintes termos:

Entre todos os autores cujos nomes foram dados acima, o sr. Kotschke é aquele que, deliberadamente, concedeu maior espaço aos fatos estrangeiros à economia propriamente dita. Mas é sobretudo a organização política que reteve a sua atenção. Mais importante ainda seria, sem dúvida, examinar e explicar os laços entre as instituições econômicas e a estrutura social, de um lado, e as representações religiosas, de outro (BLOCH, 1929a, p. 257).

A mesma lógica volta a ser vista em 1931, quando, avaliando livro de Marcel Robillard, Bloch afirma que "o pequeno e elegante volume não tem, em sua concepção, nada a agregar à história econômica e social" (BLOCH, 1931b, p. 468). Em resenha dura a respeito de uma obra da coleção *Clio*, Febvre afirma que o livro faz "essa aposta de nada dizer nem das transformações econômicas, nem da vida social durante todo o período visado" (FEBVRE, 1938, p. 349).

O que se retém, aqui, das numerosas ocorrências dessa natureza é que o uso do termo "história econômica e social" e de suas variantes não vem apenas como consequência natural da temática tratada pelas obras avaliadas. Pelo contrário, os exemplos apontam para um esforço sistemático de incluir essa vertente disciplinar onde ela está ausente; reivindicar para ela um lugar em obras que, a princípio, não a levam em consideração. Trata-se, portanto, menos de constatar e avaliar as realizações da história econômica e social do que de apontar as possibilidades abertas pela área, de reivindicar a ocupação de lugares ainda não conquistados e de defender a legitimidade dessa

¹³ O trabalho quantitativo que sustenta e corrobora essa afirmação foi desenvolvido em nossa dissertação de mestrado; Osés (2018).

vertente disciplinar no bojo de vertentes mais consagradas. Apontar as potencialidades da exploração de fatores econômicos e sociais implica, ainda, arvorar-se no poder de legislar sobre o futuro da disciplina: não se avalia apenas o que essa abordagem contribui para o presente, mas o que ela poderia agregar à História caso fosse povoada pelos historiadores profissionais e incluída em suas preocupações futuras.¹⁴

Essa leitura é corroborada, por exemplo, pelos casos em que se aponta a análise da economia e da estrutura social como a solução para problemas observados nas obras resenhadas, ou como meio de melhorar substancialmente a qualidade desses livros. É o que se observa, por exemplo, quando, em 1929, Bloch critica obra de Jean Compeyrot ligada às finanças internacionais. O argumento do resenhista é o de que, apesar de deter diversas qualidades, o livro trata de forma separada fenômenos que, para Bloch, estabelecem entre si conexões profundas. Essa falha analítica poderia, afirma, ser facilmente resolvida caso o autor substituísse sua estratégia por uma “análise social mais potente” (BLOCH, 1929c, p.617). De modo semelhante, ao avaliar dois tomos da obra *Au seuil de notre Histoire*, de Camille Jullian, Bloch admite que os temas tratados não interessavam, em princípio, ao tema da revista de forma direta, mas que, como historiador, ele não poderia deixar de celebrar a riqueza e a qualidade do trabalho. Observa, no entanto, que a já excelente obra poderia se beneficiar imensamente da inclusão de novos horizontes, afirmando: “eu não poderia me furtar a sonhar com os rendimentos que a história econômica e aquela da estrutura social tirariam de estudos sérios sobre esse fenômeno humano de primeira importância que é a guerra” (BLOCH, 1932a, p. 316).

Em cada um desses casos, não se reivindica apenas um espaço para a história econômica e social, mas se aponta como sua negligência é danosa à disciplina e como sua inclusão nas análises poderia conduzir a História (e mesmo as disciplinas vizinhas) para vias mais sofisticadas e mais completas de análise. A mensagem reiteradamente transmitida pelos diretores em todas essas instâncias de uso é a de que a história econômica e social existe, e suas abordagens são legítimas, pois corrigem equívocos, complementam análises e melhoram a qualidade de trabalhos existentes. Além disso, a área é viável: estando diversas questões suscitadas por ela ainda inexploradas, as novas gerações são conclamadas a ocupá-la, atraídas pela promessa de temas intocados, documentos inexplorados, objetos preciosos até então esquecidos. Em outras palavras, a especialidade ofereceria vias de consagração em processo de abertura e, por isso

¹⁴ Reitera-se, com isso, a existência daquilo que Rocha (2018) denomina “curadoria” intelectual dos *Annales*: um esforço, por parte de Bloch e Febvre, em direcionar os caminhos da historiografia por meio da seleção de potenciais problemas e vias de investigação.

mesmo, ainda não saturadas. À diferença da história política ou da história diplomática, a histórica econômica e social é retratada como uma área fértil em louros a serem colhidos; preme de possibilidades coletivas para o avanço da disciplina histórica e de possibilidades individuais de consagração aos jovens historiadores que escolhessem se enveredar por ela.

Essa mensagem relaciona-se, em diversos níveis, ao estado no qual a especialidade se encontra nas décadas de 1920 e 1930, descrito no item anterior. No período tocado por este artigo, como então sugerido, a história econômica e social é uma prática viva, de presença substancial, ainda que não dominante, no rol de práticas disciplinares. Ela não se prestava ainda, no entanto, a definições de ordem programática, sendo dotada de uma maleabilidade típica das áreas em vias de constituição: como já proposto, Henri Sée e Henri Hauser são protagonistas de um debate que tem por cerne justamente as vantagens e desvantagens da etiquetagem definitiva dessa especialidade, propondo para ela estratégias de êxito distintas, ambas dotadas de limitações reconhecidas. O que Bloch e Febvre parecem fazer é formular um tipo de enunciação da história econômica e social que dribla tanto os problemas enfrentados por Sée quanto por Hauser. Ao invés de fechar a especialidade em definições acabadas ou abrir mão por completo das pretensões de definição, o "duo de Estrasburgo"¹⁵ reformula positivamente as fragilidades da área nascente ao caracterizá-la como um dispositivo que corrige equívocos da "história tradicional", alavanca a qualidade de obras já potentes e deita-se diante dos jovens pesquisadores como um universo de possibilidades abertas.

Esse tipo de formulação permite que os diretores manejem de outra forma as constrações impostas pelo contexto pré-institucional, nas quais esbarravam tanto a proposta de Sée quanto a de Hauser. Se Sée via-se constantemente obrigado a admitir, em seus boletins, que os trabalhos de que dispunha não eram suficientes para preencher algumas das categorias fixas nas quais se propunha a dividir a especialidade, a revista de Bloch e Febvre não era imune às mesmas dificuldades. De fato, os *Annales* viam-se, em seus anos iniciais, em um *déficit* constante de colaboradores e contribuições, situação que, em diversas ocasiões, ameaçava a própria existência da publicação, como buscamos demonstrar em outra ocasião (OSÉS, 2017). Nos AHES, no entanto, os diretores convertem, a todo o tempo, essas lacunas e ausências em novas formas de reiterar as já mencionadas qualidades da história econômica e social, notadamente seu *potencial de exploração*, fruto, entre outros fatores, de sua *adaptabilidade* aos demais domínios disciplinares. Esse tipo de procedimento pode ser exemplificado de

¹⁵ Termo comumente utilizado pela historiografia para designar Bloch e Febvre como dupla intelectual, e que faz referência ao período de atuação dos dois historiadores na Universidade de Estrasburgo.

forma mais concreta por um expediente textual também exaustivamente identificável na documentação: a torção temática de livros para inseri-los na revista.

Trata-se, em termos gerais, de um recurso dedicado à viabilização da publicação de textos que, de outro modo, fugiriam ao tema do periódico, mas que, se recusados, ocasionariam um *déficit* de colaborações, impedindo a publicação de determinados números. O que inicialmente se apresenta como um problema de difícil transposição, no entanto, é reconvertido, na versão final da revista, em meio de reforçar a legitimidade da história econômica e social, reiterando sua compatibilidade com outros domínios da disciplina, bem como a grande variedade de métodos, objetos e fontes aplicáveis a essa “especialidade do futuro”.

Via de regra, o resenhista recorre, nesses casos, a uma admissão explícita de que, “a princípio” ou “à primeira vista”, os temas tratados pelo livro resenhado não teriam lugar na revista, não se relacionando diretamente à “história econômica e social”. A seguir, no entanto, procede-se a explicar por que, para o olhar aguçado e atento, aqueles temas, fontes ou métodos importariam, sim, às análises históricas centradas em economia e sociedade. Essa justificativa é diferente em cada caso, adaptando-se à extensão do afastamento entre cada livro criticado e a temática da revista. Não se trata, no entanto, de um expediente excepcional. De fato, a frequência notável de uso da torção temática reforça o argumento de que a reiteração exaustiva do rótulo “econômico e social” não se limita a uma consequência natural dos temas de interesse do periódico. Novamente, demonstra-se que, em diversos casos, a utilização da etiqueta vem reivindicar a presença da história econômica e social em outros domínios disciplinares, ampliando as frentes por ela ocupadas nas lutas por espaço dentro da disciplina.

Observe-se, por exemplo, a resenha de 1931 na qual Lucien Febvre analisa um livro de Wladimir Kharachnik, dedicado a problemas de urbanismo, e que o resenhista abre com a frase: “O urbanismo em si não é, evidentemente, da competência dos *Annales*. Mas a grande cidade não é desses fatos negligenciáveis em relação aos quais se possa desinteressar uma revista de história econômica e social” (FEBVRE, 1931a, p. 294). Ao avaliar uma obra de Max Pappenheim, em 1932, Bloch diz, de forma análoga, que as memórias que compõem a obra tratam de literatura islandesa, mas que “isso não quer dizer, ademais, que eles sejam indiferentes para o historiador da estrutura social, que, nesses textos antigos, tem tanto a aprender” (BLOCH, 1932b, p. 627). Alguns anos mais tarde, a propósito de uma obra de Georges Bourgin, Lucien Febvre abre sua crítica afirmando:

Nós não poderíamos nos desinteressar pelas formas novas que o Estado tende a vestir em certos países. Não que o Estado e sua evolução nos interessem diretamente, de um ponto de vista jurídico ou político. Mas toda transformação das instituições políticas determina e reflete, ao mesmo tempo, modificações da estrutura social que são, precisamente, do domínio dos Annales. Eis por que já tentamos, em diversas ocasiões, abordar aqui esses problemas delicados (FEBVRE, 1937, p.222).

A relação entre o tema dos *Annales* e o livro resenhado, a princípio filiado a outra especialidade, é, portanto, definida caso a caso, e cada ato singular de definição converte-se em oportunidade de lançar luz sobre mais uma via de exploração aberta pela subárea à qual se filiam os *annalistes*. Não se recorre, assim, a uma definição programática da história econômica e social ou à reiteração constante de uma agenda de pesquisa, como buscava Sée, mas a uma nomeação contínua dessa agenda associada à atualização incessante de seus conteúdos. A fronteira da história econômica e social é colocada, assim, em permanente movimento, e os diretores atuam como portadores legítimos dessa definição constantemente atualizada do que está *dentro* ou *fora*.

A ausência de textos com teor de manifesto, nos quais se formulam definições programáticas pretensamente estáveis, pode, evidentemente, ser explicada à luz do já descrito estado não institucionalizado de constituição da área. Além disso, constatar essa ausência não significa defender que apenas formulações explícitas sejam válidas para a identificação de programas intelectuais. É digno de nota, no entanto, que os diretores dos *Annales* se apresentem como porta-vozes dessa especialidade disciplinar sem tentar proceder a definições cristalizadas, fazendo, pelo contrário, da própria "ausência" de uma agenda teórico-metodológica uma evidência do frescor, do arejamento e do aspecto inovador do programa de pesquisa no qual investem seus esforços profissionais.

O esforço de *nomeação* e *rotulação*, oposto à estratégia de Hauser, é, por outro lado, constante. Reconvertendo em viço e energia potencial o caráter ainda tateante da área, Bloch e Febvre mostram-se destramente capazes de, simultaneamente, reificá-la, reivindicando (e, ato contínuo, produzindo) sua existência, e manter a fluidez de seus contornos, do que se extraem ganhos simbólicos e materiais. Simbolicamente, os diretores logram apresentar-se como profetas de uma área por vir; porta-vozes do domínio disciplinar que, por suas qualidades, constituiria, segundo as formulações de ambos, uma espécie de "destino natural" da disciplina. No plano material, por sua vez, viabiliza-se a publicação de textos referentes a trabalhos de outras áreas, garantindo-se a sobrevivência material da revista, constantemente ameaçada pelas limitações inerentes a um domínio disciplinar em vias de constituição.

Diversos desses processos – o ato de nomear sem definir, a constituição de Bloch e Febvre como porta-vozes da história econômica e social, a afirmação da revista como espaço federador dessa especialidade – podem ser observados de outro ângulo a partir de mais um expediente textual amplamente empregado pelos diretores, que se nomeará, aqui, *voz diretorial*.

Voz diretorial e identidade anunciada

Desde a fundação da revista, em 1929, os textos publicados nos *Annales* apresentam exemplos de passagens autorreferenciais; formulações que sugerem a existência de uma identidade própria do periódico e de certa unidade de pensamento que o animaria. Não é, no entanto, até o quarto número da revista que os *Annales* ganham, de fato, uma voz própria. Em resenha relativa ao livro *Les debuts de l'Âge Moderne*, de Henri Hauser e Augustin Renaudet, Bloch avalia:

A parte tratada pelo sr. Renaudet com tanto talento – história religiosa, intelectual e artística – escapa inteiramente à competência desta revista e, estendendo-se para a obra própria do sr. Hauser, a exposição dos eventos e das instituições políticas que, com pertinência, tem aí um lugar considerável, só tocam indiretamente os estudos dos quais os *Annales* querem ser o órgão (BLOCH, 1929b, p. 592).

O resenhista prossegue, então, a uma análise dos capítulos escritos por Hauser, destacando, neles, elementos potencialmente interessantes aos estudos “econômicos e de estrutura social”. Por meio desse recurso autorreferencial, a revista torna-se, a partir de então, uma atriz em seu próprio mérito: “os *Annales*” passam, em terceira pessoa (e não mais apenas na primeira pessoa dos resenhistas), a emitir opiniões, transmitir julgamentos, verbalizar preferências e incômodos, tomar partido entre diversas vias de análise. Parece surgir, aí, uma via de acesso imediata ao programa intelectual avançado por Bloch e Febvre por meio da publicação: seguir as ocorrências da voz diretorial permitiria retraçar os princípios de teoria e método que regem o empreendimento dos *Annales*, aclarando, assim, o projeto *annaliste* incansavelmente buscado pela historiografia. Um lançar de olhos sobre as centenas de ocorrências desse expediente textual não tardam, no entanto, a expor os limites dessa estratégia.

No primeiro número de 1930, por exemplo, Marc Bloch lamenta, a respeito de um livro escrito na Alemanha, as lacunas que autores estrangeiros apresentam no

conhecimento da bibliografia em língua francesa. A respeito disso, afirma que "será uma das tarefas dos *Annales* tornar, doravante, mais fácil que os *savants* estrangeiros evitem essas lacunas" (BLOCH, 1930a, p. 135). No mesmo número, o mesmo resenhista lamenta, a propósito de um livro sobre a história da Suécia, a falta de familiaridade do leitor francês com o passado escandinavo, garantindo que "os *Annales* – nossos leitores já puderam perceber – pretendem lutar, no que tange a esse e a outros pontos, contra o estreitamento para o qual tende a nossa pesquisa histórica" (BLOCH, 1930b, p.150).

Ao resenhar, em 1931, obra de Henri Hauser intitulada *Les origines historiques des problèmes économiques actuels*, Bloch volta a adotar a voz diretorial, dizendo: "Laços profundos do passado com o presente, impossibilidade de compreendê-los um sem o outro: nesse tema, proposto à reflexão dos historiadores da economia, reconheceu-se a ideia mesma que preside os nossos *Annales*" (BLOCH, 1931a, p. 312). Em 1934, no entanto, a "razão de ser" da revista ganha outra versão, em nada relacionada à anterior, quando Febvre afirma, ao defender a necessidade do estudo da história das técnicas para que se faça uma verdadeira história das ciências: "Soa absurdo, eu, um historiador, dizendo isso a um biólogo. Mas é necessário fazê-lo, ou então os *Annales* perderiam a sua razão de ser" (FEBVRE, 1934, p. 607).

Os exemplos listados representam apenas uma pequena fração das ocorrências da voz diretorial nas quais se anunciam a "missão", o "propósito", a "razão de ser" ou o "espírito" dos *Annales*, mas o conjunto deve fornecer uma ideia clara da ineficácia de se buscar, a partir dessa fórmula, uma agenda intelectual da revista. Com esse expediente textual, os diretores fazem referência a um espectro tão amplo de fatores que não se pode buscar ordená-los na forma de um projeto teórico-metodológico a não ser sob a régua de definições da revista retrospectivamente projetadas. Em outras palavras, pode-se, certamente, encontrar ocorrências da voz diretorial que fazem referência explícita, como exemplificado, a princípios tidos pela historiografia como distintivos da revista: a atenção às relações entre o passado e o presente é um exemplo claro, bem como o anseio de romper barreiras cronológicas e promover o contato com disciplinas vizinhas. Elevar esses traços à condição programática, no entanto, implica ignorar as instâncias autorreferenciais que atribuem a missão da revista à promoção da história escandinava ou da literatura islandesa, à avaliação de atlas fotográficos, ao diálogo entre leitores e editores ou à denúncia de livros publicados sem índices temáticos. Mais do que isso, filtrar a voz diretorial para extrair dela um programa teórico-metodológico escondido nas entrelinhas significa empobrecer consideravelmente a complexidade do recurso, bem como de seu papel na construção da legitimidade da revista.

Chega-se, assim, ao tipo de coerência intelectual que *pode* ser intuída a partir da voz diretorial. Apenas um padrão de uso desse expediente textual destoa por sua recorrência: em mais da metade de suas aparições, a voz diretorial vem colada ao rótulo “história econômica e social” ou a alguma variação dessa etiqueta.¹⁶ É o que se enxerga, por exemplo, quando Lucien Febvre, a propósito de um livro a respeito da grande revolta de Castela, avalia que, na obra, “não se deve procurar um estudo sobre as causas profundas do levante (...) – refiro-me ao fato de que nem a situação social nem a situação econômica da Espanha nessa data são examinadas. E, do ponto de vista dos *Annales*, essa omissão é um pecado grave” (FEBVRE, 1930, p. 286). A respeito de uma biografia de Henrique de Navarra, o resenhista volta a adotar o procedimento da mesma forma, avaliando que:

Do ponto de vista especial dos *Annales*, há pouco a guardar dessa copiosa biografia que se prende a ser biografia, mas não coloca os problemas gerais, não tenta enquadrar o herói escolhido em seu meio social nem analisar a ação da evolução econômica contemporânea sobre esse meio (FEBVRE, 1935b, p. 110).

Em 1935, comentando de forma comparativa dois livros a respeito de histórias familiares, Febvre volta a avaliar: “Bem, os *Annales* mostraram, outrora, publicando um excelente artigo de Louis Mazoyer, que eles sabem o interesse de reconstituições dessa natureza, mas orientadas mais diretamente em direção à história econômica e social” (FEBVRE, 1935a, p. 521). Esses poucos exemplos ilustram, novamente, um padrão mais amplo que se repete exaustivamente na revista, ora de forma mais explícita, ora de maneira menos evidente. As linhas gerais, no entanto, permanecem sempre as mesmas: o que interessa “aos *Annales*” nos livros resenhados são as questões de ordem econômica e social. O recurso torna-se, assim, essencialmente redundante: na maioria dos casos, a mensagem central transmitida pela voz diretorial é a de que os *Anais de História Econômica e Social* são uma revista dedicada à história econômica social.

A frequência notável com que o expediente autorreferencial é empregado dessa forma não permite, no entanto, igualar a repetitividade desse uso à inutilidade. Quando assume a forma tautológica, a voz diretorial continua viabilizando o exercício de um poder de rotulação, associado, agora, à repetição da etiqueta “história econômica e

¹⁶ Se o leitor retornar aos exemplos de emprego desse rótulo elencados na seção anterior, encontrará diversas outras ocorrências da voz diretorial.

social", recurso que teve seu papel analisado no item anterior. Trata-se, novamente, de reforçar a rotulação da área nascente, formando laços inextricáveis entre ela e a revista e, dessa forma, reivindicando a publicação como um espaço aglutinador dessa especialidade disciplinar; *locus* legítimo de definição de seu jargão, seus pressupostos, objetos, questionamentos e métodos. Note-se, porém, que, mais uma vez, as fronteiras da subárea seguem sendo permanentemente móveis e movidas pelos diretores. Ela segue sendo, em última análise, associada a uma miríade de temas e aplicações possíveis, mantida como um espaço de exploração que seduz pela ampla gama de possibilidades abertas.

Dessa forma, a voz diretorial constitui-se como um recurso de enunciação de coerência que não fornece, de forma acabada, a definição da unidade que anuncia. Dito de outra forma, o que está em jogo é anunciar perenemente um programa, e não, necessariamente, informar seu conteúdo, de forma sistemática, ao leitor. Assim como na aplicação do rótulo "história econômica e social", o ato de nomeação não vem acompanhado de definições fixas ou cristalizadas daquilo que se nomeia, o que sugere a existência de uma agenda intelectual que, ao invés de proceder à delimitação programática de um arcabouço teórico-metodológico fechado, investe-se no ato de nomear e de atualizar perenemente a substantivação da matéria nomeada.

Isso significa que, evitando recorrer a definições programáticas fechadas e duras, Bloch e Febvre ampliam significativamente suas margens de ação e fortalecem sua área de especialização na luta pelo protagonismo disciplinar. Em um contexto que precede a institucionalização, no qual esse domínio não conta, ainda, com uma força expressiva em termos de recursos, adeptos, cadeiras e programas de pesquisa, parte da eficácia da estratégia dos *Annales* parece residir justamente na manutenção da maleabilidade de seus enunciados. Anunciando-se, de forma convincente, como uma unidade coesa e, simultaneamente, mantendo a plasticidade necessária para contornar as restrições típicas de uma área nascente, o empreendimento garante ao jovem domínio disciplinar o oxigênio que o sustenta na primeira infância, em um contexto no qual definições dogmáticas e fechamentos programáticos tenderiam a barrar seu avanço.

Considerações finais

Como sugerido ao longo deste artigo, o período aqui analisado é marcado por divergências entre os praticantes da história econômica e social a respeito de como afirmá-la, defini-la e operá-la na luta por destaque dentro da disciplina histórica. O que a análise verticalizada dos textos publicados na revista sugere é que Bloch e Febvre não

se alinham integralmente a nenhum dos polos do debate, mas procedem a uma forma alternativa de enunciação de sua especialidade que, em diversos sentidos, contorna os problemas enfrentados pelas estratégias propostas por outros agentes.

O esforço constante de reificação por meio da rotulação e da nomeação aproxima-se, por exemplo, da estratégia de institucionalização e uniformização de Henri Sée. Ao contrário dele, no entanto, Bloch e Febvre não recorrem ao estabelecimento inflexível de quadros de análise ou programas de pesquisa. Dessa forma, os *Annales* não são marcados pelas lacunas e espaços vazios dos boletins Sée, mas por um preenchimento constante das fissuras com temas externos à história econômica e social. Destarte, espaços em branco apresentam-se como canteiros potenciais de exploração, enquanto falhas e lacunas convertem-se em oportunidades de demonstrar a adaptabilidade do domínio disciplinar. A manutenção dessa maleabilidade não se dá, tampouco, nos termos defendidos por Hauser: ao invés de, como ele, assentarem-se na afirmação de que “a história econômica não existe”, Bloch e Febvre preservam e valorizam seu poder de rotulação, recorrendo a um processo ininterrupto de definição e redefinição da área. Dessa forma, tornam-se capazes de reificá-la a todo o momento, o que Hauser se recusava a fazer, sem, no entanto, abrir mão da plasticidade de seus contornos, que o historiador considerava essencial.

Diante disso, parece equivocado, sob qualquer ângulo de observação, negar que haja formulações teórico-metodológicas nos primeiros *Annales*. De fato, a documentação aqui explorada respalda igualmente todas as interpretações historiográficas a respeito do “programa dos *Annales*”, mesmo aquelas que concorrem entre si. O que se argumenta, aqui, é que esse fenômeno seja efeito da estratégia de êxito particular levada a cabo por Bloch e Febvre, ancorada, justamente, na construção de enunciados suficientemente flexíveis para comportar uma miríade de programas, métodos, objetos e posturas teóricas. Pelo modo como enunciam a história econômica e social, os diretores dos *Annales* dotam essa área da capacidade de resistir à sua primeira infância e elevam seu potencial competitivo em um vasto rol de nichos disciplinares nascentes. Mais do que isso, os “pais fundadores” do periódico dotam sua especialidade de um potencial notável de colonização: no modelo por eles proposto, distinto dos outros modelos concorrentes, a história econômica e social é capaz de abrigar e, no limite, fagocitar qualquer outra especialidade histórica. A extensão do êxito dessa estratégia pode ser medida por sua naturalização: se, para o historiador contemporâneo, a ideia de que “a história econômica e social é toda a História” soa axiomática, isso não é efeito de sua veracidade intrínseca, mas do fato de que a proposta de Bloch e Febvre logra impor-se, sobretudo a partir de sua institucionalização no pós-guerra, como *a proposta* por excelência.

REFERÊNCIAS

BENTHIEN, Rafael Faraco. **Interdisciplinaridades: latinistas, helenistas e sociólogos em revistas (França, 1898 - 1920)**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BLOCH, Marc e FEBVRE, Lucien. À nos Lecteurs. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 1, n. 1, p. 2, 1929.

BLOCH, Marc. Au seuil de notre histoire. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 4, n. 15, p. 315-316, 1932a.

BLOCH, Marc. Classification et choix des faits en histoire économique: réflexions de méthode. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 1, n. 2, p. 252-258, 1929a.

BLOCH, Marc. L'Islande. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 4, n. 18, p. 627-628, 1932b.

BLOCH, Marc. La "révolution économique" du XVI^e siècle. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 1, n. 4, p. 591-593, 1929b.

BLOCH, Marc. Le passé explication du présent. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 3, n. 10, p. 311-312, 1931a.

BLOCH, Marc. Publications diverses sur l'histoire monétaire et bancaire contemporaine. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 1, n. 4, p. 617, 1929c.

BLOCH, Marc. Synthèses d'histoire économique. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 2, n. 5, p. 132-135, 1930a.

BLOCH, Marc. Une histoire de Suède. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 2, n. 5, p. 150-151, 1930b.

BLOCH, Marc. Vues de Beauce. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 3, n. 11, p. 468, 1931b.

BOURDÉ, Guy. L'école des "Annales". In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé (org.). **Les écoles historiques**. Paris: Editions du Seuil, 1983. p. 215-243.

BURGUIÈRE, André. Histoire d'une Histoire: la naissance des Annales. **Annales, Économies, Sociétés, Civilisations**, Paris, v. 34, n. 6, p. 1347-1359, 1979.

BURKE, Peter; HOBBSAWM, Eric. Reflections on the Historical Revolution in France: The Annales School and British Social History Comments. **Review: Fernand Braudel Center**, Nova York, v. 1, n. 3, p. 147-164, 1978.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARBONELL, Charles Olivier. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1987

CHARLE, Christophe. **La République des Universitaires, 1870-1940**. Paris: Seuil, 1994.

CHARLE, Christophe. **Naissance des "Intellectuels", 1880-1900**. Paris: Minuit, 1990.

CHARLE, Christophe. **Paris fin de siècle: culture et politique**. Paris: Seuil, 1998.

de Bretagne et des pays de l'Ouest, Rennes, v. 43, n. 1-2, p. 2-33, 1936.

DUMOULIN, Olivier. **Profession historien: 1919-1939**. Thèse de 3^e cycle. Paris: EHESS, 1983.

FEBVRE, Lucien. A propos d'un précis d'histoire des sciences: sciences et techniques. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 6, n. 30, p. 606-607, 1934.

FEBVRE, Lucien. Aspects techniques du problème des grandes villes. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 3, n. 10, p. 294-295, 1931a.

FEBVRE, Lucien. Cromwell. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 3, n. 9, p. 147, 1931b.

FEBVRE, Lucien. Deux monographies de familles françaises. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 7, n. 35, p. 520-521, 1935a.

FEBVRE, Lucien. L'alter-ego d'Henri de Navarre : Philippe du Plessis-Mornay. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 7, n. 31, p. 110, 1935b.

FEBVRE, Lucien. La France Physique : questions de méthode. **Mélanges d'Histoire Sociale**, Paris, v. 2, n. 3, p. 91-93, 1943.

FEBVRE, Lucien. La révolte des Comuneros. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 2, n. 6, p. 286, 1930.

FEBVRE, Lucien. Le corporatisme italien. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 9, n. 44, p. 222-223, 1937.

FEBVRE, Lucien. Marche arrière. **Annales d'Histoire Économique et Sociale**, Paris, v. 10, n. 52, p. 349, 1938.

HAUSER, Henri. Enseignement d'Histoire Économique en France. **Revue Historique**, Paris, v. 168, n. 2, p. 320-327, 1931.

LIMA, José Adil Blanco de. **A obra de Henri Hauser e sua trajetória intelectual no Brasil** (1866-1946). 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MASTROGREGORI, Massimo. Espírito crítico, espírito dos Annales. *In*: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri (org.). **Nova História em Perspectiva**, v. I. São Paulo: Cosac Naify, 2011a. p. 434-437.

MASTROGREGORI, Massimo. Existe uma formulação teórico metodológica em Marc Bloch e Lucien Febvre? *In*: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri (org.). **Nova História em Perspectiva**, v. II. São Paulo: Cosac Naify, 2011b. p. 409-432.

MUCCHIELLI, Laurent. Aux origines de la nouvelle histoire en France: l'évolution intellectuelle et la formation du champs des sciences sociales (1880-1930). **Revue de Synthèse**, Paris, v. 116, n. 1, p. 55-98, 1995.

NOIRIEL, Gérard. **Sur la "crise" de l'histoire**. Paris: Belin, 1996.

OSÉS, Mariana Ladeira. **"Nós, os Annales"**: Marc Bloch, Lucien Febvre e a produção da revista dos *Annales* (1929-1944). 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

OSÉS, Mariana Ladeira. O trabalho que se faz: a atividade diretorial nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929-1938). **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Mariana, v. 10, n. 24, p. 60-76, ago. 2017. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1142>. Acesso em: 21 ago. 2021.

PROST, Antoine. **L'enseignement en France**: 1800-1967. Paris: Armand Colin, 1968.

RÉBILLON, Armand. Nécrologie et bibliographie des travaux de Henri Sée. **Annales**

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RINGER, Fritz. **Fields of Knowledge**: French academic culture in comparative perspective, 1890–1920. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ROCHA, Sabrina Magalhães. **Os periódicos e a crítica da história**: a recepção de Lucien Febvre e Marc Bloch por seus contemporâneos (1911-1942). 2018. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

SÉE, Henri. *Histoire Économique et Sociale* (1920-1925). **Revue Historique**, Paris, v. 152, n. 2, p. 231-260, 1926.

SÉE, Henri. Remarques sur la méthode en *Histoire Économique et Sociale*. **Revue Historique**, Paris, v. 161, n. 1, p. 90-98, 1929.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Mariana Ladeira Osés é bacharela em História e mestra em História Social pela Universidade de São Paulo. Desenvolve, atualmente, pesquisa de doutorado na mesma instituição, dedicando-se ao estudo da recepção dos *Annales* no Brasil. Sua atuação centra-se na área de história intelectual, com ênfase sobre a história da historiografia francesa e a história da historiografia brasileira.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Prof. Lineu Prestes, n. 338, São Paulo, SP, CEP 05508-000, Brasil.

FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n. 2016/11952-0.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Miguel Palmeira e Rafael Benthien (responsáveis pela orientação e coorientação, respectivamente, da pesquisa de mestrado da qual deriva este artigo) pela generosidade e diligência de suas intervenções, apontamentos e críticas, que guiaram este texto até seu formato final. Agradeço, também, ao grupo de seminário de pesquisa em história intelectual que aceitou discutir versões preliminares deste artigo, sugerindo melhorias substanciais tanto em relação à sua forma quanto ao seu conteúdo. Quaisquer equívocos que persistam no texto são, evidentemente, de minha responsabilidade.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

PUBLICAÇÃO PRÉVIA

Este artigo deriva da dissertação "Nós, os Annales": Marc Bloch, Lucien Febvre e a produção da Revista dos Annales (1929-1944), orientada por Miguel Soares Palmeira e coorientada por Rafael Faraco Benthien, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, defendida no ano de 2018. Link: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16052019-132039/pt-br.php>

EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado

Flávia Varella – Editora Chefe

Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada

María Inés Mudrovic – Editora convidada

DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Mariana Ladeira Osés.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 31 de agosto de 2020.

Aprovado em: 4 de março de 2021.